

SUMÁRIO*

ABREVIATURAS	9
► CONSTITUIÇÃO FEDERAL	11
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988	13
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	16
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	92
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	115
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988	155
► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	199
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	201
► CÓDIGO CIVIL	205
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	207
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.	217
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	361
► CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	397
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	399
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	406
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	522
► CÓDIGO PENAL	559
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941	561
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848/1940	563
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	566
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	620
► CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	641
LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941.	643
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689/1941	645
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	649
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	724
► CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	751
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	753
CÓDIGO DE DEFESA DE CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	754
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	769

* Algumas normas estão parciais na obra.

► CÓDIGO ELEITORAL	773
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	775
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	777
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	822
► CÓDIGO FLORESTAL	827
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	829
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	830
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	849
► ESTATUTOS	853
DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	855
• Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	867
• Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB	875
DO IDOSO – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	896
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	908
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	947
► LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL	963
▷ LEIS COMPLEMENTARES	965
64, DE 18 DE MAIO DE 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências	965
101, DE 4 DE MAIO DE 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências	971
140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 – Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	986
▷ LEIS	991
1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados	991
1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento	992
1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 – Dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito com as alterações feitas pela Lei 13.367/2016	1000
4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular	1001
6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	1004
7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983 – Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências	1010
7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências	1013
7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências	1016

7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências	1017
8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal	1020
8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais	1023
8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências	1052
8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências	1075
8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	1102
8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências	1107
9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	1136
9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências	1144
9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	1152
9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 – Estabelece normas para as eleições	1153
9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data	1181
9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências	1183
9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 – Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.	1191
9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências	1192
9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal	1195
9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do Art. 102 da Constituição Federal	1199
9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	1200
11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	1210
12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências	1211
12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências	1214
12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.	1222
12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 – Regulamenta o inciso III do Art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal	1223
12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências	1224

12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014 – Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências	1228
13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social	1231
13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências	1232
13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016 – Institui, nos termos do <i>caput</i> do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas	1234
13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Institui a Lei de Migração.	1234
▷ DECRETOS	1248
678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969	1248
3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001 – Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000	1260
6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007	1268
9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018 – Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	1282
9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 – Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.	1282
▶ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1289
REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	1291
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	1326
▶ SÚMULAS	1377
SÚMULAS VINCULANTES	1379
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	1381
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	1403
SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE.	1422